

Questão	Disciplina	Nível	Pergunta	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa Correta
1	Direito Constitucional	Superior	Selecione a alternativa que contenha três classificações corretas a respeito da Constituição Federal de 1988.	Dogmática, promulgada e analítica.	Material, escrita e outorgada.	Histórica, rígida e sintética.	Imutável, promulgada e histórica.	A
2	Direito Constitucional	Superior	O inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 preceitua que: "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social...XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei". Quanto à aplicabilidade, essa norma tem eficácia	contida.	absoluta.	definida.	limitada.	D
3	Direito Constitucional	Superior	São fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:	intervencionismo estatal.	cidadania.	dignidade da pessoa humana.	valor social do trabalho.	A
4	Direito Constitucional	Superior	Selecione a alternativa que apresenta corretamente um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.	Valorizar a soberania estatal.	Reduzir as desigualdades sociais e regionais.	Garantir o pluralismo político.	Garantir a aplicação das leis em todo território.	B
5	Direito Constitucional	Superior	A República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelos seguintes princípios, EXCETO:	autodeterminação dos povos.	independência nacional.	solução pacífica dos conflitos.	intervenção estatal em casos de extrema necessidade.	D
6	Direito Constitucional	Superior	Acerca dos remédios constitucionais, analise as seguintes afirmativas. / I. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano. / II. Será concedido <i>habeas data</i> para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. / III. O <i>habeas corpus</i> será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. / Estão corretas:	III, apenas.	I e III, apenas.	I, II e III.	II, apenas.	C
7	Direito Constitucional	Superior	De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. No entanto, por determinação judicial é possível entrar	a qualquer momento.	durante o dia.	de segunda a sexta, em qualquer momento.	das 8h às 20h, em qualquer dia.	B

8	Direito Constitucional	Superior	De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, são invioláveis, EXCETO:	a manifestação do pensamento.	a liberdade de crença.	a imagem das pessoas.	o sigilo da correspondência.	A
9	Direito Constitucional	Superior	Sobre os direitos e garantias fundamentais, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, observe as seguintes proposições: / I. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, mas não de indenização. / II. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. / III. As entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. / Estão corretas:	I, II e III.	III, apenas.	II, apenas.	I e III, apenas.	C
10	Direito Constitucional	Superior	A respeito da propriedade, nos termos do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, selecione a alternativa correta.	A propriedade atenderá a sua função jurídica.	Haverá desapropriação apenas por necessidade ou utilidade pública.	A pequena propriedade rural, ainda que não trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.	Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.	D
11	Direito Constitucional	Superior	Conforme o artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que a lei lhe der, assegurados: / I. A plenitude de defesa. / II. A soberania dos veredictos. / III. A competência para julgamento dos crimes culposos e dolosos contra a vida. / IV. O sigilo das votações. / Estão corretas apenas:	I e IV.	II e III.	I, II e IV.	III.	C
12	Direito Constitucional	Superior	A lei regulará a individualização da pena e adotará as expostas a seguir, EXCETO a	de perda de bens.	de banimento.	de suspensão e interdição de direitos.	de prestação social alternativa.	B
13	Direito Constitucional	Superior	No que tange aos direitos e garantias fundamentais, analise as seguintes afirmativas. / I. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. / II. A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária em até 24h a partir da ciência. / III. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. / Estão corretas:	I e III, apenas.	II, apenas.	I, apenas.	I, II e III.	A

14	Direito Constitucional	Superior	De acordo com o disposto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, a remuneração do trabalho extraordinário será superior à do normal em, no mínimo,	30%.	20%.	40%.	50%.	D
15	Direito Constitucional	Superior	Sobre a licença-gestante, nos termos do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, tem duração de	180 dias, sem prejuízo do salário.	120 dias, com prejuízo do salário.	90 dias, com prejuízo do salário.	120 dias, sem prejuízo do salário.	D
16	Direito Constitucional	Superior	No termos do artigo 7º, inciso XXV, da Constituição Federal de 1988, a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais em creches e pré-escolas será garantida	dos seis meses até quatro anos de idade.	dos três meses de idade até 6 anos.	do nascimento até 5 anos de idade.	do nascimento até 4 anos de idade.	C
17	Direito Constitucional	Superior	Acerca dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, observe as seguintes proposições. / I. É garantido seguro-desemprego, em qualquer caso de desemprego. / II. É garantida a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. / III. É garantido o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. / Estão corretas:	I, II e III.	II e III, apenas.	II, apenas.	I, apenas.	B
18	Direito Constitucional	Superior	De acordo com a Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO de	Advogado-Geral da União.	Presidente da Câmara dos Deputados.	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Oficial das Forças Armadas.	A
19	Direito Constitucional	Superior	Uma das condições de elegibilidade para Deputado Estadual é a idade mínima de	25 anos.	21 anos.	18 anos.	23 anos.	B
20	Direito Constitucional	Superior	No que concerne aos direitos políticos, observe as seguintes afirmativas. / I. O voto é obrigatório aos analfabetos. / II. Aos maiores de 65 anos, o voto é facultativo. / III. O domicílio eleitoral na circunscrição é uma das condições de elegibilidade. / Estão corretas:	I e II, apenas.	III, apenas.	I, II e III.	II, apenas.	B
21	Direito Constitucional	Superior	De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, dois Estados podem ser incorporados entre si, mediante aprovação da(o)	população diretamente interessada e do Presidente da República, por decreto presidencial.	Congresso Nacional e do Presidente da República, por lei ordinária.	população diretamente interessada e do Congresso Nacional, por lei complementar.	Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, por lei ordinária.	C
22	Direito Civil	Superior	Sobre a personalidade e a capacidade, estabelecidas no Código Civil, selecione a alternativa correta.	A personalidade civil começa desde a concepção.	São absolutamente incapazes os menores de 18 anos.	Os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes.	Os pródigos são relativamente incapazes.	D

23	Direito Civil	Superior	De acordo com o Código Civil, cessa, para os menores, a incapacidade pelos seguintes motivos, EXCETO pela(o)	concessão dos pais.	exercício de emprego público efetivo.	casamento.	matrícula em curso de Ensino Superior.	D
24	Direito Civil	Superior	Acerca dos direitos da personalidade, analise as seguintes afirmativas. / I. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. / II. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. / III. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome. / Estão corretas:	I, apenas.	III, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	D
25	Direito Civil	Superior	No que tange ao domicílio, observe as seguintes proposições. / I. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente viva, considerar-se-á seu domicílio aquela na qual primeiro residiu. / II. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada. / III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. / Estão corretas:	I, II e III.	II e III, apenas.	I, apenas.	III, apenas.	B
26	Direito Civil	Superior	A respeito dos bens, selecione a alternativa correta.	Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, perdem o caráter de imóveis.	As energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis.	O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel para os efeitos legais.	Os bens naturalmente divisíveis, em nenhuma hipótese, podem se tornar indivisíveis.	C
27	Direito Civil	Superior	No que tange às benfeitorias, considere as seguintes afirmativas. / I. São consideradas voluptuárias as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que aumentam o uso habitual do bem. / II. As benfeitorias úteis são aquelas que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore. / III. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor. / Estão corretas:	III, apenas.	I e II, apenas.	I, apenas.	I, II e III.	A

28	Direito Civil	Superior	Acerca das disposições gerais do negócio jurídico, selecione a alternativa INCORRETA.	O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.	Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada, em razão da segurança jurídica.	A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.	A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.	B
29	Direito Civil	Superior	No que concerne à representação, nos termos estabelecidos no Código Civil, observe as seguintes proposições. / I. Os poderes de representação são conferidos apenas pelo interessado. / II. O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes. / III. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. / Estão corretas:	I, II e III.	III, apenas.	I, apenas.	II e III, apenas.	D
30	Direito Civil	Superior	A respeito da condição, do termo e do encargo, conforme disposto no Código Civil, selecione a alternativa correta.	As condições, ainda que incompreensíveis, não invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.	As condições juridicamente impossíveis só invalidam o negócio quando suspensivas.	O termo inicial, no negócio jurídico, suspende o exercício e a aquisição do direito.	Em regra, os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são nulos.	B
31	Direito Civil	Superior	Quanto aos defeitos do negócio jurídico, selecione a alternativa correta.	O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.	Se ambas as partes procederem com dolo, a primeira que alegá-lo poderá anular o negócio jurídico.	O temor reverencial é considerado coação.	O estado de perigo se configura quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.	A
32	Direito Civil	Superior	São motivos de nulidade do negócio jurídico, EXCETO:	celebração por pessoa relativamente incapaz.	objeto impossível.	não revestimento de forma prescrita em lei.	preterimento de alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.	A

33	Direito Civil	Superior	Sobre a invalidade do negócio jurídico, analise as seguintes afirmativas. / I. Em regra, o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo. / II. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico. / III. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente. / Estão corretas:	I, II e III.	II, apenas.	I e III, apenas.	III, apenas.	A
34	Direito Civil	Superior	No que tange à prescrição, analise as seguintes afirmativas. / I. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão. / II. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes. / III. A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor. / Estão corretas:	II e III, apenas.	I, II e III.	I, apenas.	III, apenas.	C
35	Direito Civil	Superior	A interrupção da prescrição pode ocorrer pelos seguintes motivos, EXCETO por	protesto cambial.	qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora.	qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.	despacho do juiz, salvo o incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.	D
36	Direito Civil	Superior	Acerca dos prazos prescricionais, selecione a alternativa correta.	Prescreve em cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.	Prescreve em dois anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.	Prescreve em um ano a pretensão de reparação civil.	Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.	B
37	Direito Civil	Superior	Em regra, nos termos do artigo 205 do Código Civil de 2002, a prescrição ocorre em _____, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. / Selecione a alternativa que preenche corretamente a lacuna.	5 anos	8 anos	10 anos	15 anos	C

38	Direito Civil	Superior	No que tange à decadência, observe as seguintes proposições. / I. É nula a renúncia à decadência fixada em lei. / II. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei. / III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação. / Estão corretas:	II, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	III, apenas.	C
39	Direito Civil	Superior	Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante as seguintes formas, EXCETO:	testemunha.	documento.	presunção.	valoração.	D
40	Direito Civil	Superior	No que concerne à obrigação de dar coisa certa, analise as seguintes afirmativas. / I. Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, caberá ao credor somente resolver a obrigação. / II. Até a tradição, pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. / III. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda. / Estão corretas:	I, II e III.	I, apenas.	III, apenas.	II e III, apenas.	D
41	Direito Civil	Superior	Nas obrigações de fazer, se a prestação do fato se tornar impossível por culpa do devedor	resolver-se-á a obrigação.	o devedor responderá por perdas e danos.	resolver-se-á a obrigação com o pagamento de multa acordada previamente entre as partes.	o devedor pagará multa e, obrigatoriamente, deverá nomear terceiro para executar a obrigação.	B
42	Direito Civil	Superior	No caso de obrigações alternativas, observe as seguintes afirmativas. / I. Nas obrigações alternativas a escolha cabe sempre ao credor. / II. Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida no início, estendendo-se a todos os períodos, obrigatoriamente. / III. Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, subsistirá o débito quanto à outra. / Estão corretas:	III, apenas.	I, II e III.	II, apenas.	I e II, apenas.	A

43	Direito Civil	Superior	No caso das obrigações solidárias, quanto à solidariedade ativa, observe as seguintes proposições. / I. O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago. / II. Se a prestação for convertida em perdas e danos não subsistirá a solidariedade. / III. A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros. / Estão corretas:	I, II e III.	I e III, apenas.	II, apenas.	III, apenas.	B
44	Direito Civil	Superior	A respeito do adimplemento das obrigações, observe as seguintes afirmativas. / I. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la. / II. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor. / III. Se o terceiro não interessado pagar a dívida antes de vencida, só terá direito ao reembolso no vencimento. / Estão corretas:	I, II e III.	III, apenas.	II, apenas.	I e III, apenas.	D
45	Direito Civil	Superior	Sobre o pagamento em consignação, selecione a alternativa correta.	Ocorre apenas por meio de depósito judicial.	A consignação não pode ocorrer se pender litígio sobre o objeto do pagamento.	Não pode ter por objeto coisa imóvel.	A consignação pode ocorrer se o credor residir em lugar de acesso perigoso.	D
46	Direito Civil	Superior	Acerca do inadimplemento das obrigações, conforme estabelecido no Código Civil, analise as seguintes afirmativas. / I. Todos os bens do devedor respondem pelo inadimplemento das obrigações. / II. As perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar. / III. O credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer será considerado em mora. / Estão corretas:	II e III, apenas.	I, apenas.	I, II e III.	III, apenas.	C
47	Direito Civil	Superior	Conforme dispõe o artigo 425 do Código Civil, "é lícito às partes estipular contratos atípicos". Essa disposição consagra o princípio da	boa-fé subjetiva.	obrigatoriedade dos contratos.	liberdade contratual.	excepcionalidade revisional.	C

48	Direito Civil	Superior	No que tange ao contrato de compra e venda, selecione a alternativa correta.	A compra e venda só pode ter por objeto coisa atual.	Na falta de acordo, por ter havido diversidade de preço, prevalecerá o termo médio.	A fixação do preço nunca poderá ser deixada ao arbítrio de terceiro.	Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.	B
49	Direito Civil	Superior	Sobre a doação, selecione a alternativa correta.	É permitida a doação de todos os bens sem reserva de parte.	A doação de cônjuge adúltero ao seu cúmplice não poderá ser anulada pelo outro cônjuge.	A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.	A doação só poderá ser feita por escritura pública.	C
50	Direito Civil	Superior	No que tange à locação, nos termos estabelecidos no Código Civil, observe as seguintes proposições. / I. A locação de coisas será sempre por tempo determinado. / II. Se, durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá tão somente pedir redução proporcional do aluguel. / III. Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, ou do a que se destina, ou se ela se danificar por abuso do locatário, poderá o locador, além de rescindir o contrato, exigir perdas e danos. / Estão corretas:	III, apenas.	I e II, apenas.	I, II e III.	I, apenas.	A
51	Direito Civil	Superior	Acerca do contrato de empreitada, nos moldes estabelecidos pelo Código Civil, selecione a alternativa correta.	Na empreitada, a obrigação de fornecer os materiais resulta apenas da vontade das partes.	A morte de qualquer das partes será sempre causa de extinção do contrato de empreitada.	O empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se os inutilizar por imperícia ou negligência.	O contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo.	C
52	Direito Comercial	Superior	Com a vigência do Código Civil de 2002, sobretudo no que tange ao artigo 966, pode-se afirmar que o Direito Brasileiro concluiu a transição para a	Teoria dos Atos de Comércio.	Teoria da Empresa.	Teoria Subjetiva.	Teoria Mista.	B
53	Direito Comercial	Superior	As sociedades empresárias não são vistas apenas como instituições destinadas a atender os interesses dos sócios, mas, principalmente, como importantes fontes de contribuição para a circulação de riquezas, o fornecimento de empregos e a economia em geral. Esse entendimento consagra o princípio da(o)	livre iniciativa.	integralidade.	função social da empresa.	benefício contratual.	C

54	Direito Comercial	Superior	Acerca do conceito de empresário, observe as seguintes proposições. / I. É considerado empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada ou não para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. / II. Aquele que exerce profissão intelectual não se considera empresário, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. / III. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. / Estão corretas:	II e III, apenas.	I, apenas.	III, apenas.	I, II e III.	A
55	Direito Comercial	Superior	A inscrição do empresário, de acordo com o Código Civil, será feita mediante requerimento que contenha, EXCETO:	o objeto da empresa.	a nacionalidade do empresário.	o regime de bens do empresário, se casado.	a estimativa de lucro.	D
56	Direito Comercial	Superior	No que tange à capacidade para ser empresário, observe as seguintes proposições. / I. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. / II. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes. / III. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória. / Estão corretas:	I, apenas.	I, II e III.	II, apenas.	I e III, apenas.	B
57	Direito Comercial	Superior	No que tange à Eireli, analise as proposições seguintes e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta. / I. A Eireli não tem natureza jurídica de sociedade empresária. / II. No seu ato de constituição, o Código Civil exige que seja estabelecido um capital não inferior a 200 vezes o maior salário mínimo vigente no País. / III. A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.	V / F / V	V / V / V	F / F / V	F / V / F	A

58	Direito Comercial	Superior	Para se enquadrar como microempresa, a receita bruta auferida em cada ano-calendário deve ser igual ou inferior a	120.000,00	250.000,00	420.000,00	360.000,00	D
59	Direito Comercial	Superior	Fazem parte do rol de bens tangíveis do estabelecimento empresarial, EXCETO:	máquinas.	ponto comercial.	mercadorias.	veículos.	B
60	Direito Comercial	Superior	Pode-se dizer que aviamento corresponde à(ao)	conjunto de contratos de uma empresa.	capacidade de uma empresa de agregar parceiros comerciais.	capacidade de determinado estabelecimento empresarial de gerar lucro.	integralidade de obrigações de uma empresa.	C
61	Direito Comercial	Superior	O instrumento contratual que tem por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento de estabelecimento empresarial, produzindo efeitos em relação a terceiros imediatamente após sua assinatura pelas partes interessadas, recebe o nome de	contrato de ativos empresariais.	contrato de trespasse.	contrato patrimonial.	contrato de mercantilização.	B
62	Direito Comercial	Superior	Acerca do nome empresarial, analise as seguintes afirmativas. / I. O nome empresarial não pode ser objeto de alienação. / II. O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, não pode ser conservado na firma social. / III. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações. / Estão corretas:	I, II e III.	I, apenas.	III, apenas.	I e II, apenas.	A
63	Direito Comercial	Superior	Quanto à natureza do ato constitutivo, as sociedades podem ser	de pessoas e de capitais.	empresárias ou simples.	personificadas e despersonificadas.	contratuais ou estatutárias.	D
64	Direito Administrativo	Superior	Sobre a diferença entre órgãos e entidades públicas, analise as seguintes afirmativas. / I. O órgão público é unidade de atuação dotada de personalidade jurídica / II. As entidades públicas podem ser políticas ou administrativas / III. As autarquias são exemplos de órgãos públicos. / Estão corretas:	I, II e III.	II, apenas.	III, apenas.	I e II, apenas.	B
65	Direito Administrativo	Superior	Quando uma entidade pública, mediante lei, cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado, atribuindo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público, ocorre	descentralização por colaboração.	delegação.	descentralização funcional.	desconcentração.	C
66	Direito Administrativo	Superior	O Banco Central do Brasil é um exemplo de	autarquia.	sociedade de economia mista.	empresa pública.	fundação pública.	A
67	Direito Administrativo	Superior	Os mesários eleitorais são exemplos de agentes públicos	políticos.	delegados.	credenciados.	honoríficos.	D

68	Direito Administrativo	Superior	Selecione a alternativa que apresenta corretamente os princípios basilares da Administração Pública elencados no artigo 37, da Constituição Federal de 1988.	Impessoalidade, sustentabilidade, eficácia, moralidade e razoabilidade.	Publicidade, ampla defesa, contraditório, eficiência e legalidade.	Legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade.	Moralidade, conveniência, contraditório, impessoalidade e eficácia.	C
69	Direito Administrativo	Superior	Por meio do princípio da _____ a Administração pode rever seus atos, seja por vícios de ilegalidade, seja por motivos de conveniência e oportunidade. / Selecione a alternativa que preenche corretamente a lacuna.	supremacia do Interesse Público	autotutela	legitimidade	revogabilidade	B
70	Direito Administrativo	Superior	O princípio da _____, impõe à Administração Pública explicitar o fundamento normativo de sua decisão a fim de que o administrado possa analisar a decisão administrativa, conformando-se com ela ou insurgindo-se contra ela perante o Poder Judiciário. / Selecione a alternativa que preenche corretamente a lacuna.	segurança jurídica	adequação	finalidade pública	motivação	D
71	Direito Administrativo	Superior	Um terreno destinado a serviço da Administração Pública Estadual é considerado bem	de uso comum autorizado.	de uso comum do povo.	de uso especial.	dominical.	C
72	Direito Administrativo	Superior	De acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários	a de dois cargos científicos.	a de um cargo de profissional de saúde com outro científico.	a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.	a de um cargo de professor com outro emprego privativo de profissional de saúde.	C
73	Direito Administrativo	Superior	Por meio do poder _____ a Administração Pública pode coordenar, controlar, ordenar e corrigir as atividades administrativas dos órgãos e agentes no seu âmbito interno. / Selecione a alternativa que preenche corretamente a lacuna.	discrecionário	normativo	disciplinar	hierárquico	D
74	Direito Administrativo	Superior	São atributos do ato administrativo, EXCETO:	imperatividade.	finalidade.	autoexecutoriedade.	tipicidade.	B

75	Direito Administrativo	Superior	Acerca dos consórcios públicos, analise as seguintes afirmativas. / I. O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. / II. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados. / III. O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções. / Estão corretas:	I e III, apenas.	II, apenas.	I, II e III.	III, apenas.	C
----	------------------------	----------	---	------------------	-------------	--------------	--------------	---